

Este documento apresenta uma
análise detalhada e comparativa das
receitas do Município de Jaguapitã-
PR.

CADERNO 2 – RECEITAS MUNICIPAIS

Relatório técnico de análise das receitas

Jaguapitã-PR – 10 de Março de 2025

Elaborado por: Sensus Auditoria e Consultoria



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	2
2. RECEITAS POR NATUREZA.....	2
2.1. Receita Tributária	2
2.2. Receita Patrimonial	3
2.3. Receita de Serviços.....	3
2.4. Transferências Correntes.....	4
2.5. Receita de Contribuições.....	4
3. REPRESENTATIVIDADE DAS RECEITAS CORRENTES	5
3.1. Análise da Representatividade (2021-2025)	5
4. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS PRINCIPAIS RECEITAS	6
4.1. Receitas Tributárias.....	6
4.1.1. IPTU.....	6
4.1.2. ISS	7
4.1.3. ITBI	8
4.1.4. IRRF.....	8
4.2. Receitas de Transferências.....	8
4.2.1. FPM	9
4.2.2. ICMS.....	9
4.2.3. IPVA	10
5. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10
5.1. Análise da RCL (2021-2025)	11
6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	11

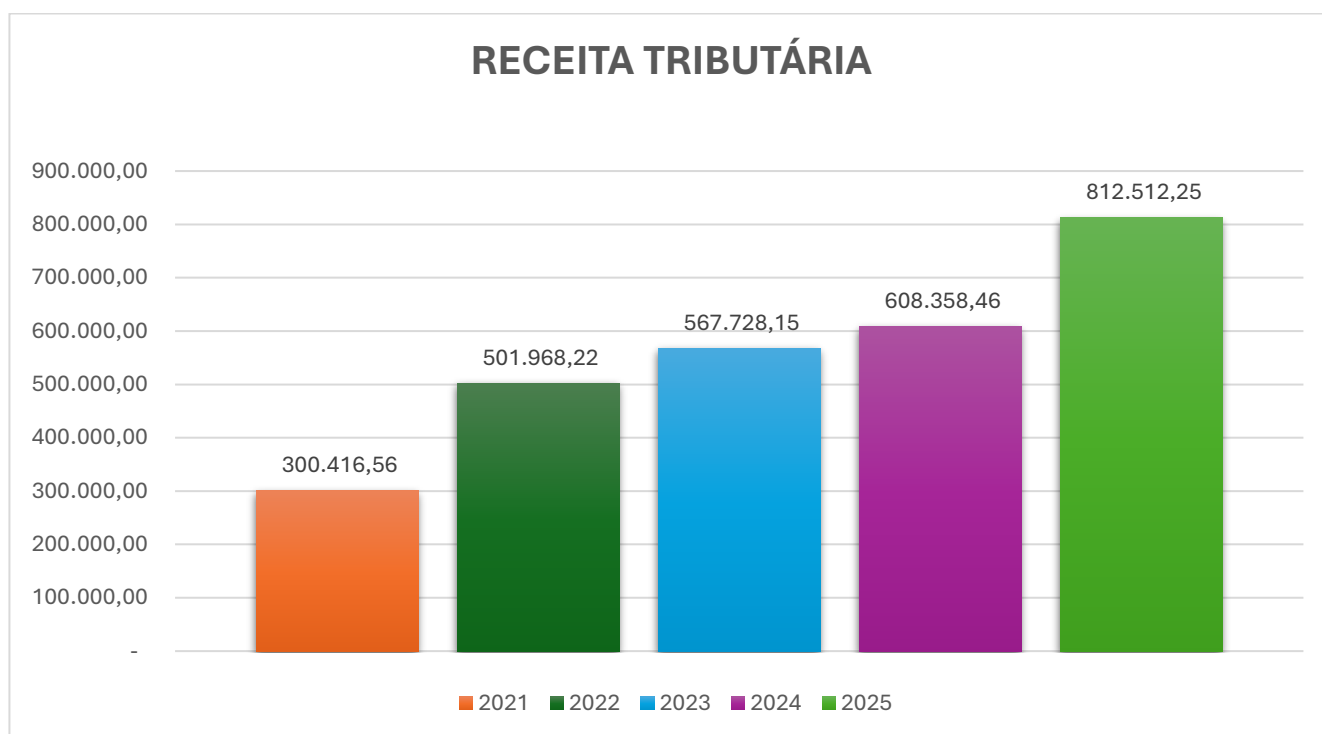
1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório apresenta uma análise detalhada das receitas do Município de Jaguapitã para o período de 2021 a 2025, com foco especial nos resultados de 2025. O documento foi elaborado como instrumento de apoio à nova gestão municipal, oferecendo uma visão clara e objetiva do comportamento das receitas municipais para subsidiar o processo de tomada de decisão.

2. RECEITAS POR NATUREZA

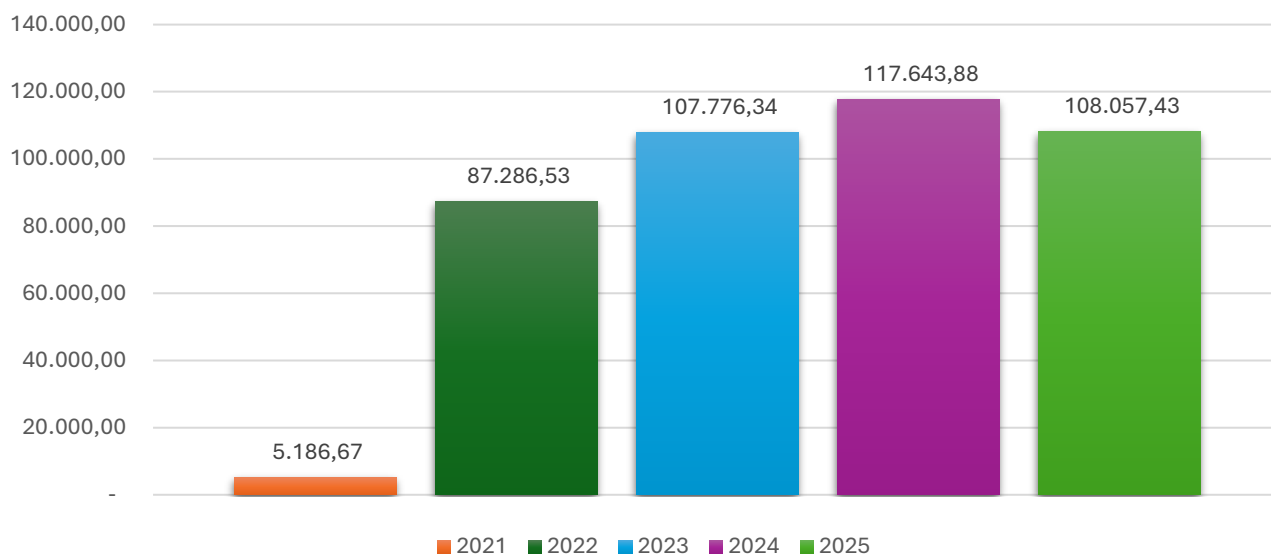
O que são Receitas por Natureza?

As Receitas por Natureza representam a classificação dos ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos de acordo com suas características específicas, conforme estabelecido pela Lei 4.320/64 e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Esta classificação permite identificar a origem dos recursos segundo seu fato gerador.



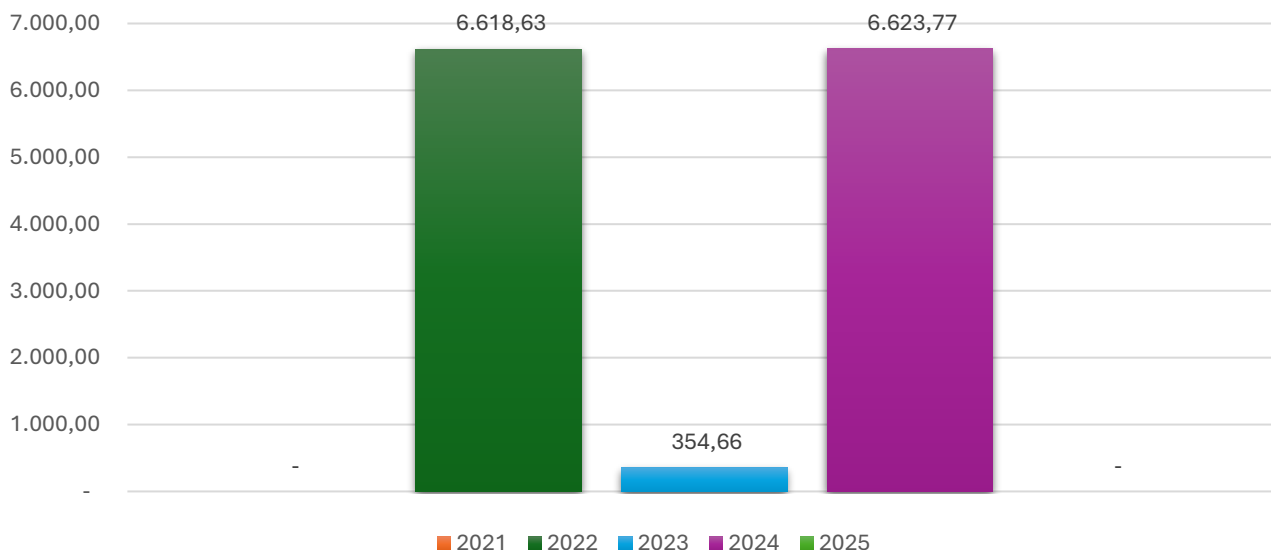
2.1. Receitas Tributárias: Apresentaram um crescimento expressivo de 33,6% em 2025 (R\$ 812.512,25) em comparação ao ano anterior (R\$ 608.358,46). Destaca-se que desde 2021, as receitas tributárias acumularam um crescimento de 170,5%, refletindo um fortalecimento da arrecadação própria do município.

RECEITA PATRIMONIAL



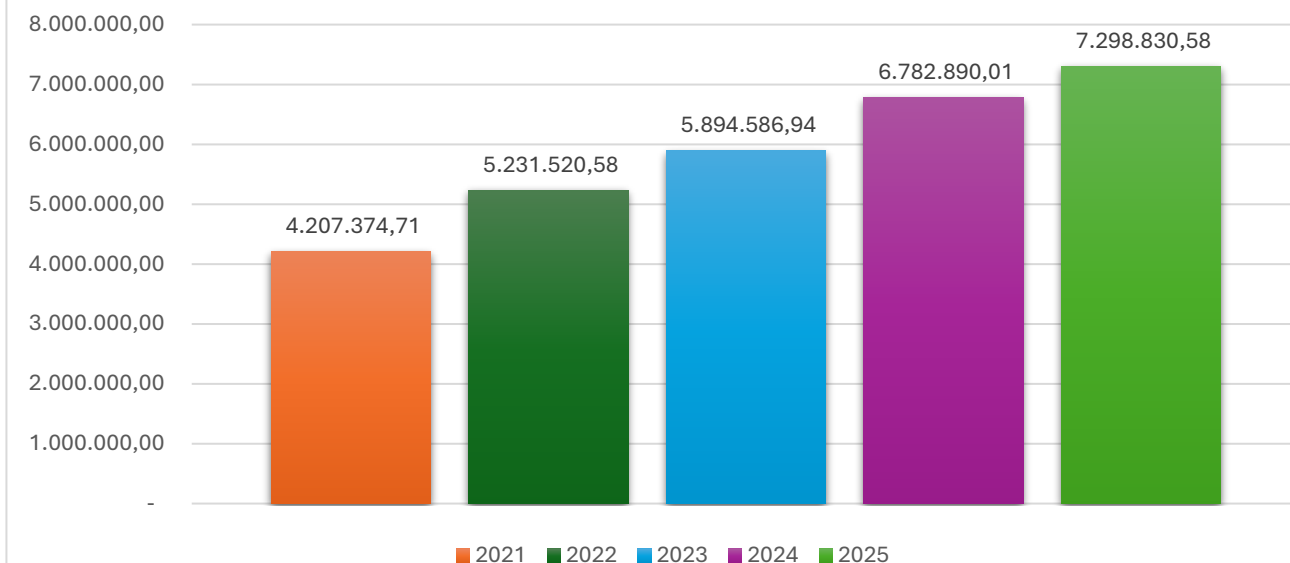
2.2. Receitas Patrimoniais: Alcançaram R\$ 108.057,43 em 2025, registrando uma redução de 8,1% em relação a 2024. Apesar dessa queda recente, esta categoria apresentou um crescimento significativo de 1.983,4% desde 2021.

RECEITA DE SERVIÇOS



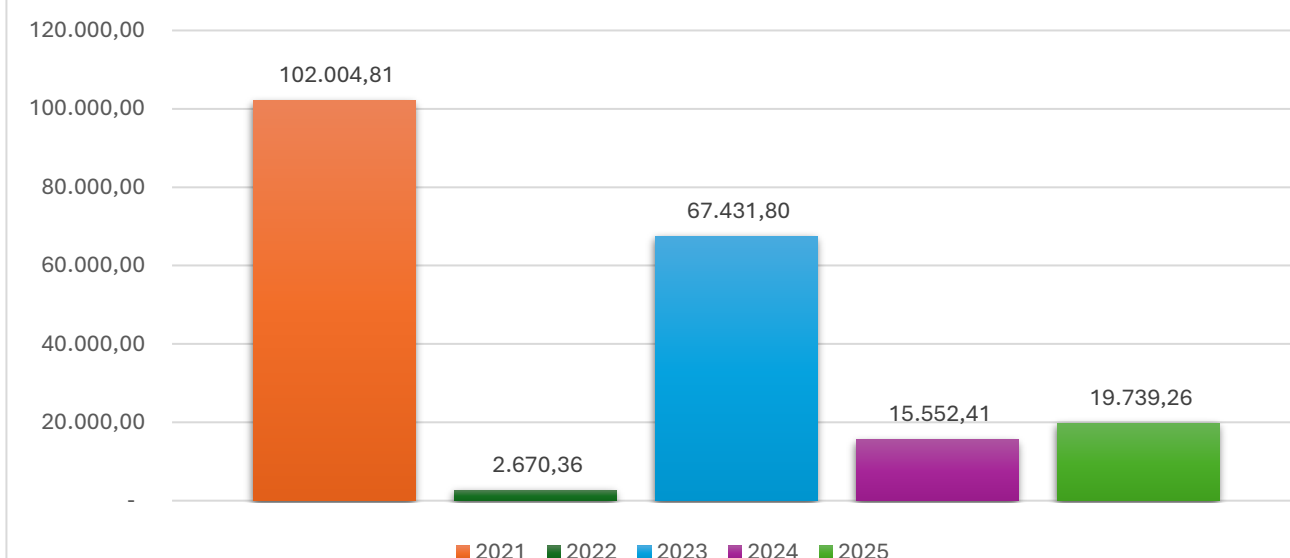
2.3. Receitas de Serviços: Apresentaram comportamento irregular, com ausência total de arrecadação em 2025 (queda de 100% em relação a 2024, quando registrou R\$ 6.623,77). Esta fonte teve participação extremamente marginal mesmo quando presente (0,1% ou menos), indicando baixa capacidade ou interesse do município na exploração desta fonte de recursos.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



2.4. Transferências Correntes: Representaram 88,6% do total arrecadado em 2025 (R\$ 7.298.830,58), com aumento de 7,6% em relação a 2024. Esta categoria continua sendo a principal fonte de recursos do município, embora seu crescimento tenha desacelerado em 2025 quando comparado aos 15,1% registrados em 2024.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES



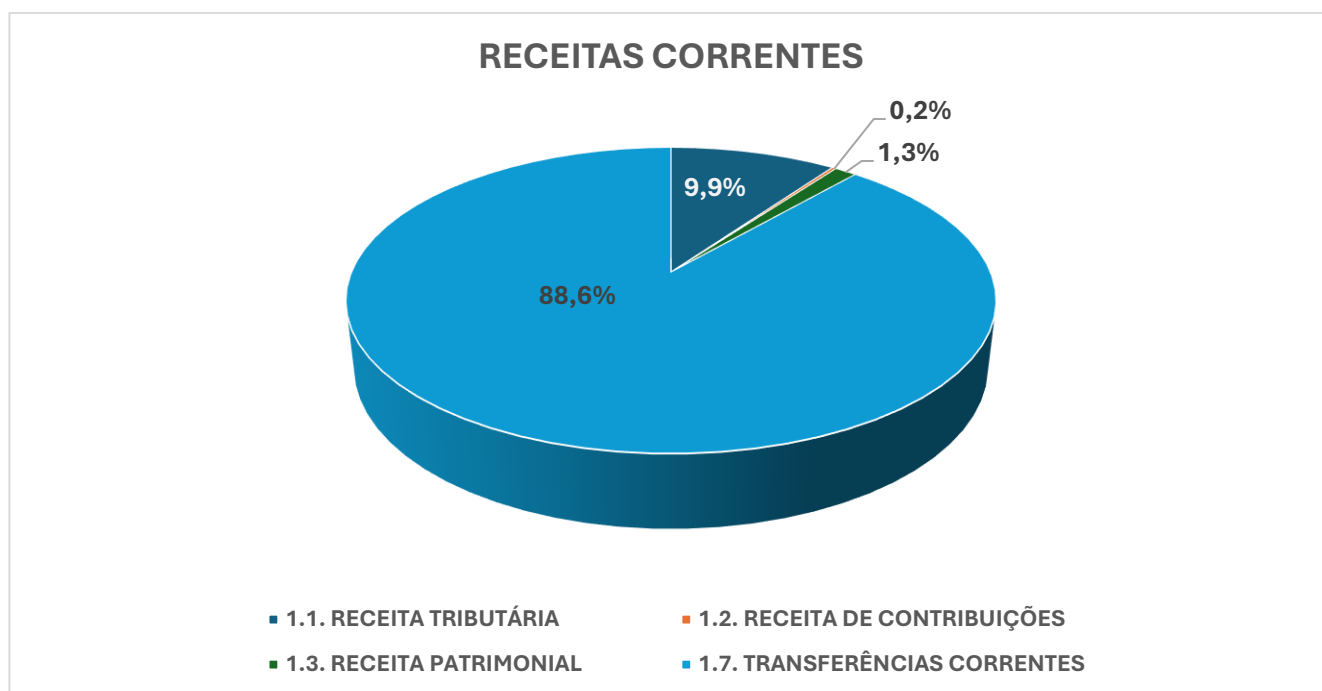
2.5. Receitas de Contribuições: Totalizaram R\$ 19.739,26 em 2025 (0,2% do total), com crescimento de 26,9% em relação a 2024, mas ainda 80,6% inferior a 2021. A Contribuição de Iluminação Pública (COSIP) é a única componente desta categoria,

apresentando recuperação em 2025 após quedas consecutivas, o que merece atenção da gestão quanto à política de cobrança deste tributo.

3. REPRESENTATIVIDADE DAS RECEITAS CORRENTES

O que significa a Representatividade das Receitas?

A Representatividade das Receitas consiste na análise da participação percentual de cada categoria de receita em relação ao montante total arrecadado pelo município, permitindo identificar quais são as principais fontes de recursos e o grau de dependência do município em relação a cada uma delas.



3.1. Análise da Representatividade (2021-2025)

A análise da representatividade das receitas de Jaguapitã para o período revelou:

- **Transferências Intergovernamentais:** Representam 88,6% do total das receitas em 2025, indicando um alto grau de dependência de recursos externos. Essa participação diminuiu ligeiramente em relação a 2024 (90,0%) e 2021 (91,1%), o que sinaliza um pequeno avanço na autonomia financeira do município.
- **Receitas Tributárias:** Compõem 9,9% do total arrecadado em 2025, com destaque para os impostos (9,4%) e taxas (0,5%). Esse percentual aumentou em relação a 2024 (8,1%) e 2021 (6,5%), demonstrando um fortalecimento gradual da capacidade de arrecadação própria do município.
- **Receitas Patrimoniais:** Correspondem a 1,3% do total em 2025, apresentando crescimento significativo em relação a 2021 (0,1%), mas com uma pequena redução em comparação a 2024 (1,6%).
- **Receitas de Contribuições:** Representam apenas 0,2% do total em 2025, com redução significativa em relação a 2021 (2,2%).

- **Receitas de Capital:** Surgem com 0,4% do total em 2025, diversificando a composição das receitas municipais.

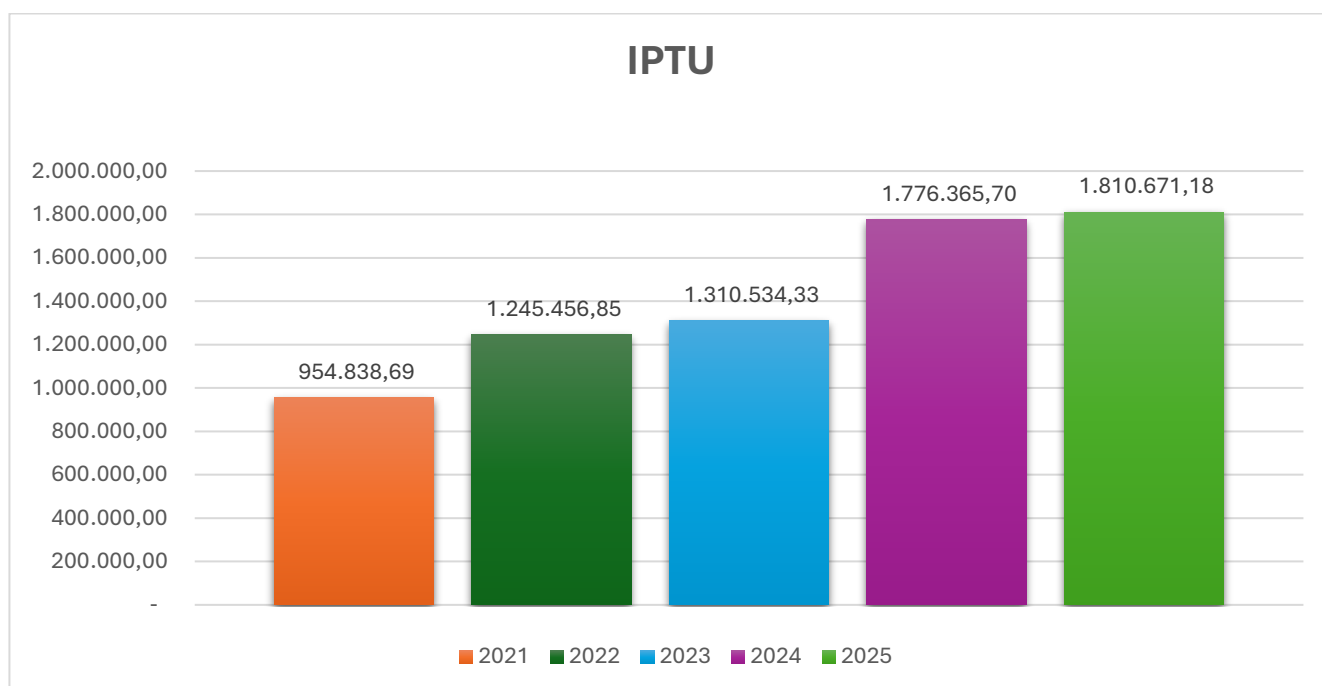
Esta composição indica que o município de Jaguapitã ainda possui baixa autonomia financeira, com forte dependência de transferências intergovernamentais, embora haja sinais positivos de fortalecimento da arrecadação própria nos últimos anos.

4. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS PRINCIPAIS RECEITAS

4.1. RECEITAS TRIBUTÁRIAS

O que são Receitas Tributárias?

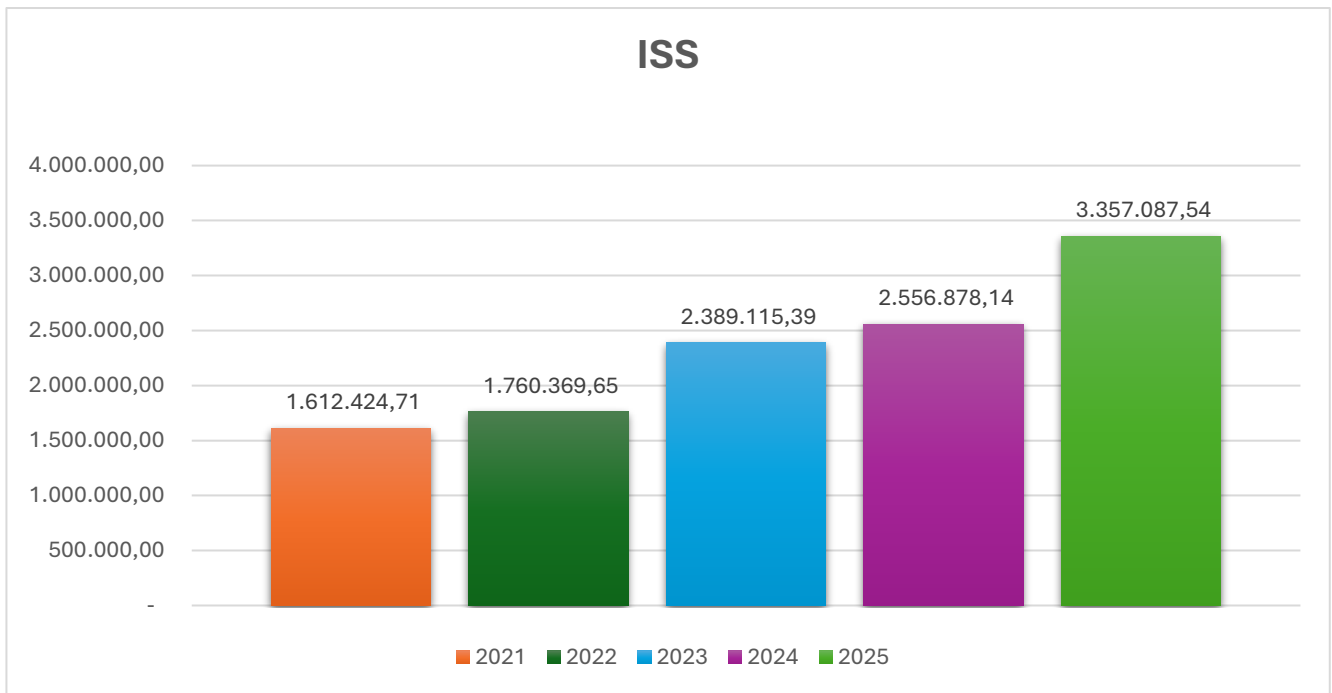
As Receitas Tributárias compreendem os ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Estas receitas são de competência constitucional do município e representam sua principal fonte de recursos próprios.



4.1.1. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano): Em 2025, a arrecadação do IPTU alcançou R\$ 1.810.671,18, representando um aumento modesto de 1,9% em relação a 2024 (R\$ 1.776.365,70). Comparado a 2021, o crescimento acumulado foi de 45,4%.

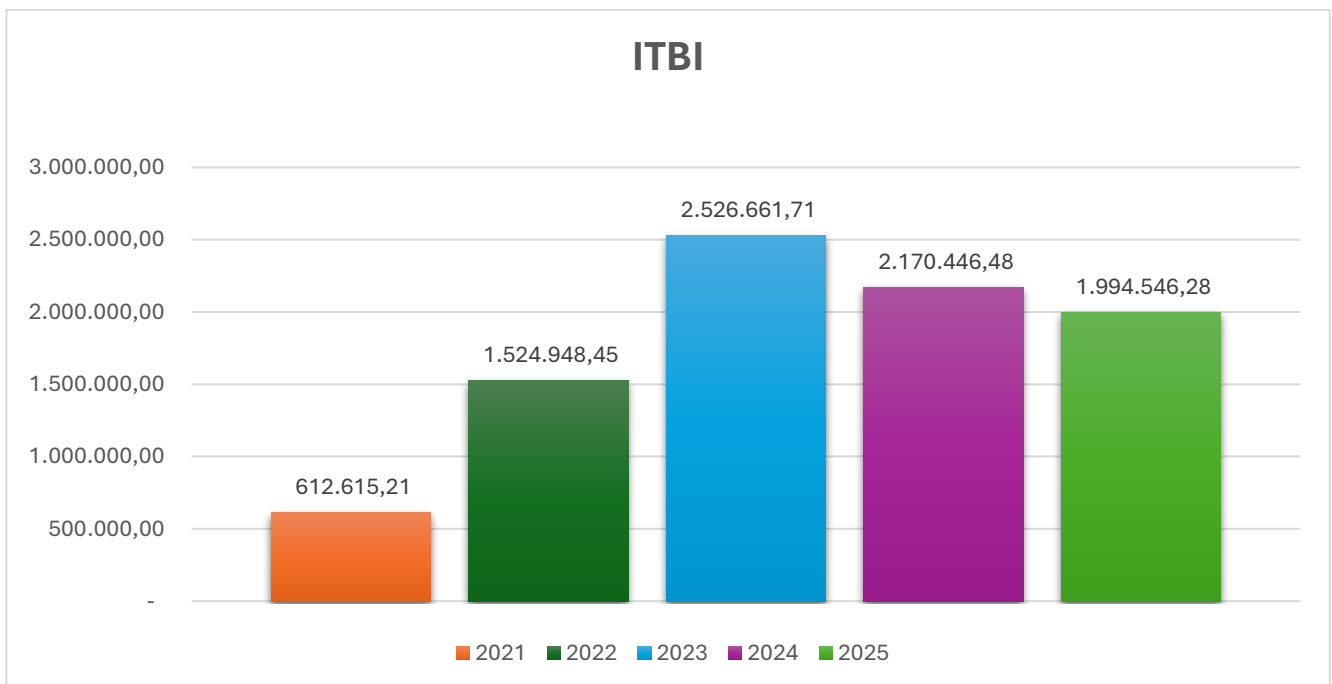
Os aumentos verificados no IPTU nos últimos anos refletem a reestruturação do código tributário do município, o que teve reflexo positivo na arrecadação. No entanto, todas as alterações promovidas não foram implementadas, e o setor de arrecadação ainda carece de aprimoramento.

Frisa-se que o Município de Jaguapitã possui plenas capacidades de expansão de sua base tributária, que é subutilizada até então, situação inclusive já constatada pelo Tribunal de Contas do Estado e em processo de monitoramento.

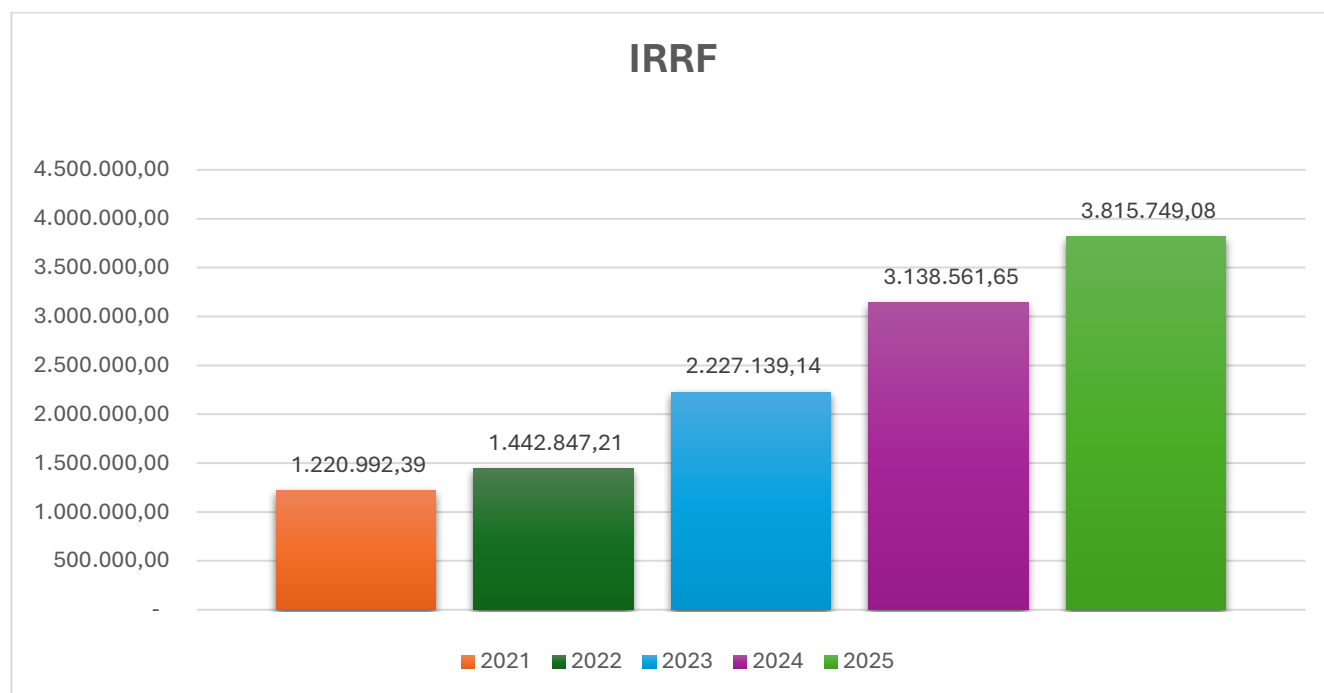


4.1.2. ISS (Imposto Sobre Serviços): A arrecadação do ISS em 2025 foi de R\$ 3.357.087,54, 31,3% maior que em 2024 (R\$ 2.556.878,14) e 90,7% superior a 2021, demonstrando um crescimento expressivo deste tributo.

Dentre os impostos mais negligenciados na base tributária do Município de Jaguapitã encontra-se o ISS. Não há políticas adequadas de fiscalização e cobrança de ISS, e a equipe responsável encontra-se desatualizada, sendo fortemente recomendado o investimento em capacitação dos servidores.



4.1.3. ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis): Registrou R\$ 1.994.546,28 em 2025, com redução de 8,1% em comparação a 2024 (R\$ 2.170.446,48), mas ainda 30,8% superior a 2021. A queda recente pode indicar uma desaceleração no mercado imobiliário local.



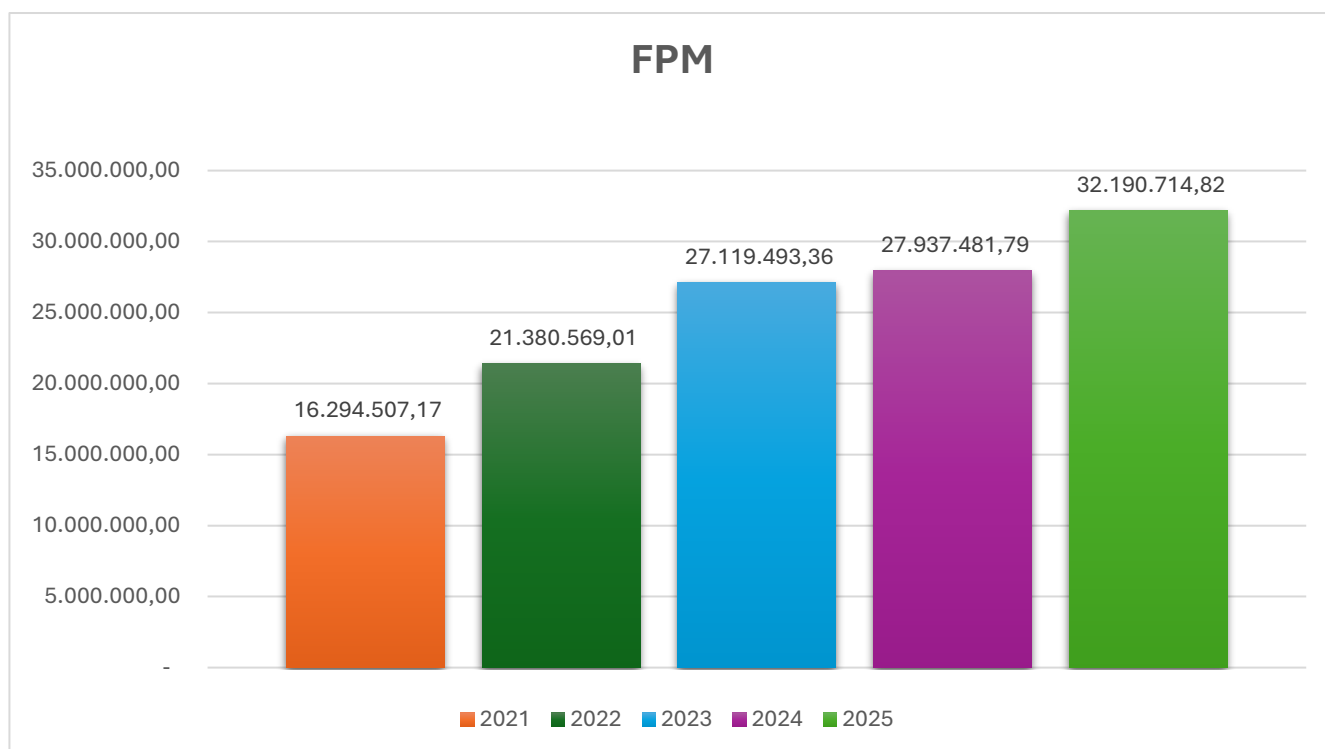
4.1.4. IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte): Alcançou R\$ 3.815.749,08 em 2025, com crescimento de 21,6% em relação a 2024 (R\$ 3.138.561,65) e 164,5% em relação a 2021, sendo o imposto com maior crescimento no período.

O aumento expressivo na arrecadação de Imposto de Renda reflete as alterações promovidas pela IN 1234/2012 e a adequada regulamentação local da retenção de IR e adoção de procedimentos hábeis de fiscalização e controle. Frisa-se que tal implementação (regulamentação, treinamentos e outros) fora realizada com o apoio técnico e legal do responsável técnico por essa análise.

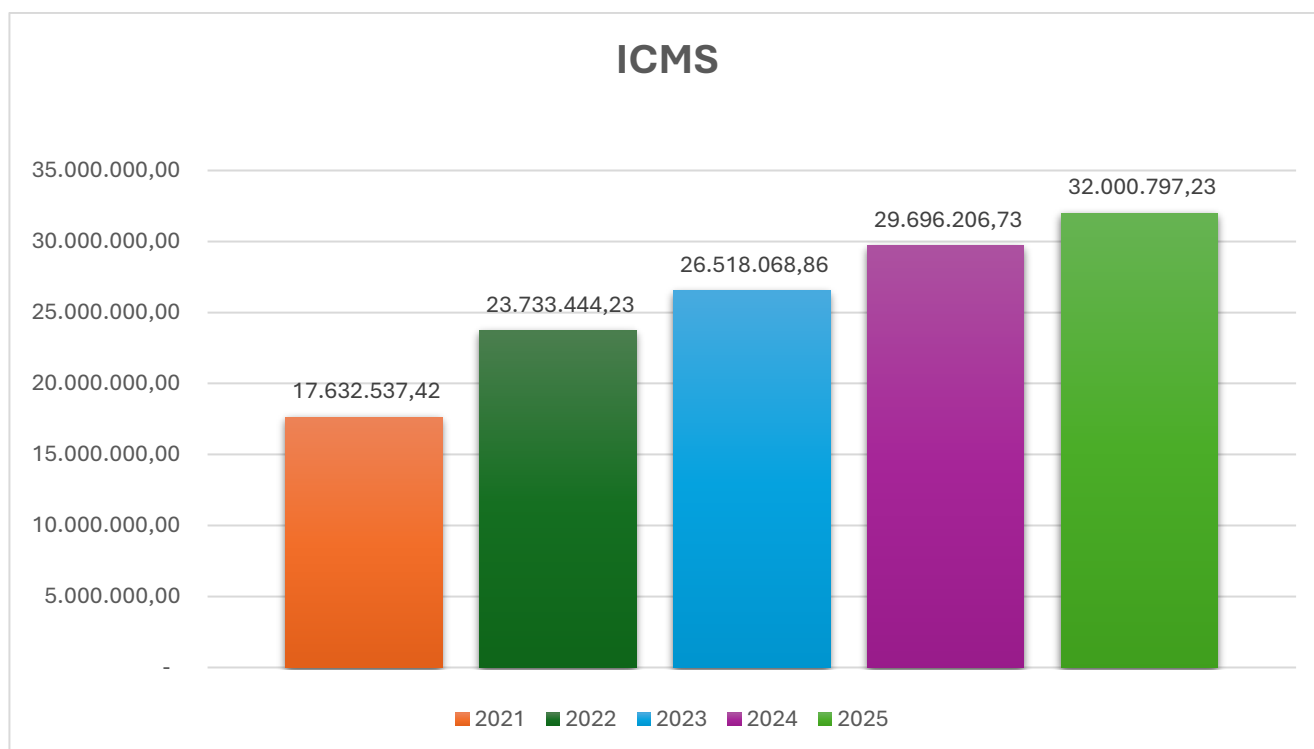
4.2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

O que são Receitas de Transferência?

As Receitas de Transferência compreendem os recursos financeiros recebidos de outras entidades públicas, geralmente de esferas superiores de governo (União e Estado), por força de determinação constitucional ou legal, sem contrapartida direta em bens ou serviços.

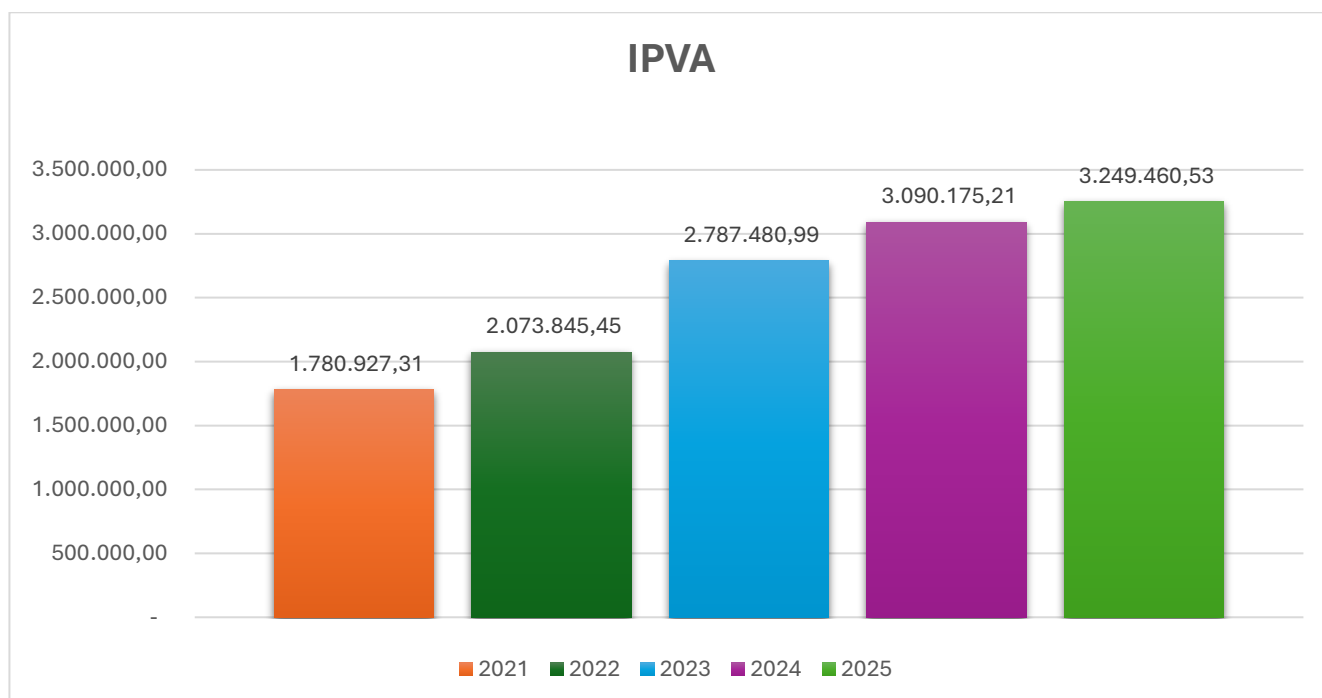


4.2.1. FPM (Fundo de Participação dos Municípios): Em 2025, o município recebeu R\$ 32.190.714,82 a título de FPM, valor 15,2% superior ao recebido em 2024 (R\$ 27.937.481,79) e 50,6% maior que em 2021. Esta transferência continua sendo a principal fonte individual de recursos do município.



4.2.2. ICMS (Cota-Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços): O repasse de ICMS em 2025 foi de R\$ 32.000.797,23, representando aumento de 7,8% em relação

a 2024 (R\$ 29.696.206,73) e 34,8% em relação a 2021. Nota-se que o ICMS cresceu a um ritmo menor que o FPM.

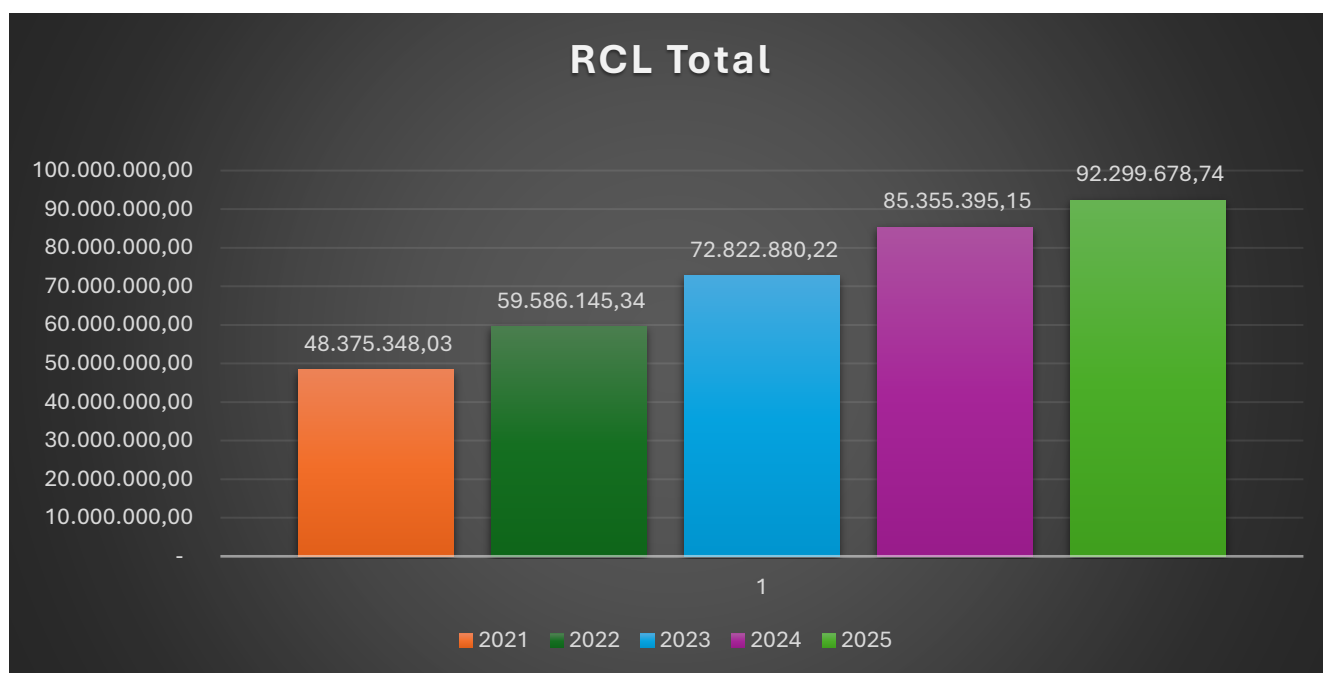


4.2.3. IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores): Os repasses de IPVA alcançaram R\$ 3.249.460,53 em 2025, 5,2% acima do valor recebido em 2024 (R\$ 3.090.175,21) e 56,7% superior a 2021, indicando um crescimento na frota veicular tributável no município.

5. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O que é a Receita Corrente Líquida?

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa o somatório das receitas correntes, deduzidos os valores transferidos por determinação constitucional ou legal, como as transferências para formação do FUNDEB. A RCL é o principal parâmetro para diversos limites fiscais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



5.1. Análise da Receita Corrente Líquida (2021-2025)

A RCL de Jaguapitã alcançou R\$ 92.299.678,74 em 2025, apresentando crescimento de 8,1% em relação a 2024 (R\$ 85.355.395,15) e 54,9% em relação a 2021. Este crescimento demonstra uma evolução positiva da capacidade financeira do município, embora tenha desacelerado em 2025 quando comparado aos 17,2% registrados em 2024.

As deduções totalizaram R\$ 16.326.246,39 em 2025, representando 15,0% das receitas correntes totais, com destaque para a formação do FUNDEB (R\$ 13.351.072,39) que corresponde a 81,8% das deduções.

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A análise das receitas do Município de Jaguapitã no período de 2021 a 2025 permite concluir que:

- Crescimento consistente das receitas totais:** O município apresentou crescimento de 9,9% em suas receitas totais em 2025 e acumulou um aumento de 79,3% desde 2021, demonstrando uma tendência positiva na arrecadação.
- Fortalecimento da arrecadação própria:** As receitas tributárias cresceram 33,6% em 2025, alcançando seu maior nível tanto em valores absolutos (R\$ 812.512,25) quanto em representatividade (9,9% do total), indicando um fortalecimento da autonomia financeira municipal, embora ainda em nível modesto.
- Alta dependência de transferências:** 88,6% das receitas municipais em 2025, equivalentes a R\$ 7.298.830,58, provêm de transferências intergovernamentais, mantendo o município vulnerável a oscilações econômicas e decisões políticas nas esferas federal e estadual.
- Desempenho positivo dos principais impostos:** Destaca-se o crescimento expressivo do ISS (31,3%) e do IRRF (21,6%) em 2025, enquanto o IPTU apresentou crescimento modesto (1,9%) e o ITBI registrou queda (8,1%).

- e. **Surgimento de receitas de capital:** Pela primeira vez no período analisado, o município registrou receitas de capital em 2025 (R\$ 36.641,44), diversificando suas fontes de recursos.
- f. **Desaceleração do crescimento da RCL:** Enquanto a RCL cresceu 8,1% em 2025, esta taxa foi inferior ao aumento de 17,2% observado em 2024, sinalizando uma possível moderação no ritmo de crescimento das receitas municipais.

Com base nessas conclusões, recomenda-se à nova gestão municipal:

- a. **Intensificação da arrecadação do IPTU:** Considerando o baixo crescimento deste imposto em 2025 (1,9%), recomenda-se a atualização da planta genérica de valores, recadastramento imobiliário e revisão das políticas de isenção e descontos.
- b. **Fortalecimento da fiscalização do ISS:** Aproveitar o bom desempenho deste tributo (crescimento de 31,3% em 2025) para intensificar a fiscalização, combater a sonegação e ampliar o cadastro de prestadores de serviços.
- c. **Monitoramento do mercado imobiliário:** A queda na arrecadação do ITBI (8,1%) em 2025 sugere uma retração no mercado imobiliário local que deve ser acompanhada para avaliar se é uma tendência temporária ou permanente.
- d. **Diversificação das fontes de receita:** Buscar novas fontes de recursos, como convênios, parcerias público-privadas e captação de recursos junto a organismos estaduais, federais e internacionais.
- e. **Revisão da política de alienação de bens:** Considerando a receita obtida com alienação de bens móveis em 2025 (R\$ 36.641,44), avaliar a continuidade desta política, garantindo que seja realizada de forma estratégica e financeiramente vantajosa para o município.
- f. **Implementação de programa de educação fiscal:** Desenvolver ações de conscientização junto à população sobre a importância dos tributos municipais para a melhoria dos serviços públicos.
- g. **Criação de um observatório de finanças municipais:** Estabelecer mecanismos permanentes de monitoramento da arrecadação, com metas e indicadores de desempenho, permitindo intervenções tempestivas quando necessário.

A implementação dessas recomendações contribuirá para o fortalecimento da capacidade financeira do município, reduzindo sua dependência de transferências intergovernamentais e ampliando sua autonomia para investir em políticas públicas que atendam às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

- Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes);
- Relatórios LRF;

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Paulo Henrique Figueiredo

Nota: Este relatório foi elaborado com base nos dados disponíveis para o período de 2021 a 2025. As informações apresentadas devem ser interpretadas considerando as particularidades do contexto econômico e legal vigente no período analisado.